



O Jornalismo Na Guerra Do Iraque: A Relação Entre Jornalistas, Militares Na Era Dos Repórteres Embutidos¹

Antônio Martins de Araújo Neto²

Associação de Ensino Superior de Olinda (Aeso) e Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

Resumo

A alocação de repórteres nas unidades de combate durante a Guerra do Iraque evidenciou o possível surgimento de uma nova categoria de correspondente de guerra: a dos jornalistas embutidos (*embedded journalists*). Ao governo norte-americano coube anunciar a novidade como esforço para uma melhor transparência da campanha militar. Às empresas jornalísticas e aos jornalistas restou fazer uso da “oportunidade”, apesar de um certo ceticismo. Este artigo parte desse fenômeno para analisar a complexa relação entre jornalistas e militares em período de guerra. Um breve resgate histórico e a delimitação do cenário atual levam à conclusão de que a continuidade, e não a ruptura, parece ainda caracterizar a relação entre os jornalistas e as forças armadas durante a cobertura de conflitos armados.

Palavras-chave

Cobertura de Guerra; Jornalismo Internacional; História do Jornalismo; Correspondentes de Guerra.

Introdução

A mais recente intervenção militar norte-americana no Iraque, que pôs fim ao regime de Saddam Hussein, é uma daquelas campanhas que durante um certo período de tempo dominam a agenda internacional, mobilizando a opinião pública de diversos países e servindo de alvo privilegiado para o foco da mídia. Pelos eventos observados antes, durante e depois dos ataques propriamente ditos a Bagdá e às principais cidades iraquianas, ficou evidente que a Guerra do Iraque há muito havia deixado de ser apenas uma crise entre o governo norte-americano e o antigo governo iraquiano para se transformar em assunto de interesse da opinião pública global.

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² MA em Jornalismo Internacional pela Universidade de Westminster, Reino Unido, e professor dos cursos de Jornalismo da Associação de Ensino Superior de Olinda (Aeso) e Universidade Salgado de Oliveira (Universo), no campus Recife.



Guardando as devidas proporções e deixando de lado os aspectos próprios de cada conflito, podemos assumir que fenômeno semelhante ocorreu nas duas Grandes Guerras, no Vietnã, nas Malvinas, na Primeira Guerra do Golfo, na Bósnia, no Kosovo e no Afeganistão. Em todas essas campanhas, a exemplo desta no Iraque, a mídia, seja jornal, rádio, televisão ou internet, teve o papel fundamental de engajar a opinião pública no debate.

Não é à toa que o argumento de que as guerras contemporâneas se dão em dois campos simultaneamente, o real e o virtual (midiático), é aceito por estudiosos, políticos e jornalistas (Baudrillard, 1995). As estratégias de comunicação e de relações públicas, elaboradas detalhadamente pelas forças armadas e pelos governos durante a preparação para uma guerra, evidenciam a importância que é atribuída à mídia pelos atores do conflito, seja para justificar ataques e campanhas diante da opinião pública, seja para manter o sentimento de patriotismo, que em tempos de guerra serve de combustível para a mobilização popular.

Há nesses momentos, portanto, uma relação de interdependência entre militares, governos e jornalistas. Tal fenômeno já foi tratado por diversos autores que analisaram a relação mídia, governo e militares durante os grandes conflitos internacionais do Século XX, desde a Primeira Guerra Mundial até a Primeira Guerra do Golfo.

Knightley, por exemplo, já evidenciava essa dependência ao afirmar que na Primeira Guerra Mundial os jornalistas usavam uniformes militares e dependiam das forças armadas para ter segurança, transporte e até alimentação nas áreas de conflito. Diante disso, teriam sido os *embedded journalists* (ou jornalistas embutidos) a grande novidade da Guerra do Iraque? Ao contrário de guerras anteriores, teriam os Estados Unidos deixado os jornalistas livres para cobrir a campanha contra o Iraque, sem limites nem censura?

Esse artigo parte dessas duas questões para analisar a relação entre jornalistas, militares e governo durante a Guerra do Iraque. Tal campanha foi levada a cabo em plena era da informação, num contexto internacional no qual um único país exerce supremacia absoluta nos campos militares e econômicos, o que o leva, no plano político, a ignorar determinações de organismos multilaterais, como as do Conselho de Segurança das Nações Unidas.³

³ Vale ser ressaltado, no entanto, que tal atitude dos Estados Unidos em relação à ONU não é novidade, como visto no ataque contra os sérvios, na Bósnia, em 1995.



A Guerra do Iraque é um capítulo da Guerra ao Terror, assim como o ataque ao Afeganistão em 2002. É no contexto do pós-11 de setembro e da Doutrina Bush, portanto, que a já conflituosa relação de jornalistas, militares e governos será observada.

Cobrindo conflitos: da Primeira Guerra Mundial à Guerra do Golfo

Desde o início do Século XX a cobertura de guerra tem sido liderada pela mídia ocidental, em particular a mídia britânica e norte-americana. Citando Tustall e Machin, Thussu (1999) diz que “as agências transnacionais de notícias são muito poucas e continuam dominadas pelo chamado US/UK ‘duopolo’ da notícia”. As duas principais empresas do setor no ocidente, *Associated Press* (AP) e *Reuters*, controlariam, portanto, o fluxo global de informação. Apenas a AP, por exemplo, cobre 112 países, produzindo 20 milhões de palavras por dia. De forma semelhante, a *Reuters* permanece uma das maiores agências do mundo a fornecer imagens para TV, servindo às maiores empresas jornalísticas globais, tais como a CNN e a BBC, que por sua vez também distribuem imagens e notícias para as empresas de comunicação de todo o mundo. Com esse cenário, é fácil entender porque alguns conflitos armados são retratados pela mídia internacional de forma tão homogênea⁴. (Thussu, 2000:353)

Naturalmente, a homogeneidade observada nas coberturas de guerra não tem relação apenas com o domínio das grandes corporações de mídia ocidental, mas também com a forma pela qual os militares fornecem e controlam o fluxo de informação. Concessão de credenciais para correspondentes e censura são duas das muitas práticas comuns de controle da mídia usadas pelos militares desde a Primeira Guerra Mundial. Nessa época foram estabelecidas normas que até hoje são usadas nas guerras contemporâneas. (Hallin, 1989:126).

Essas regras funcionaram bem até a Guerra do Vietnam, entre 1965 e 1975. Considerado o ponto crítico na relação entre a mídia e os militares, este conflito tem

⁴ O historiador e jornalista Phillip Knightley afirma que, desde o primeiro dia de qualquer conflito, é possível prever, de uma forma geral, como o mesmo será reportado pela imprensa. Segundo o autor, “todos os direitos estarão reservados a apenas um lado do conflito, que será reportado pela mídia em termos do ‘bem’ contra o ‘mau’. O lado do ‘mau’ será demonizado e seus líderes definidos como loucos, sanguinários e subumanos, espécies de Hitler do dias de hoje. O lado do ‘bem’ será apresentado como salvador da civilização, de princípios humanitários e caridoso, forçado a agir devido à barbárie do lado oposto. Até o final – ignorando o fato de que existiram atrocidades de ambos os lados da guerra – antigas histórias de atrocidades viram à tona recicladas. Algumas serão verdadeiras, muitas serão falsas, e será difícil, senão impossível, dizer qual parte da guerra é verdade e qual parte é propaganda. Após a guerra, embora algumas histórias de atrocidades sejam confirmadas, haverá a retratação de algumas das mais escandalosas”.



sido largamente citado como exemplo do poder da mídia de mudar a opinião pública e influenciar nas decisões políticas.

No Vietnã, as forças norte-americanas decidiram usar a ação voluntária no lugar da censura para proteger a segurança dos militares e as estratégias de guerra. Uma vez concordando com uma série de regras, os jornalistas credenciados estavam livres para tratar de tópicos que não eram previstos no acordo. Existiam 15 categorias de informação sobre as quais eles eram proibidos de reportar sem autorização prévia dos militares, tais como movimento de tropas e número de baixas, pelo menos até que fossem divulgados os dados oficiais. Em caso de desobediência, a suspensão das credenciais era a penalidade prevista aos jornalistas. (Hallin, 1989).

Essa liberdade parcial de ação dos jornalistas e o realismo da cobertura televisiva têm alimentado o argumento de que a mídia teria levado os Estados Unidos a perder a guerra. Para Hopkins, no entanto, tal opinião estaria baseada num entendimento equivocado da natureza da televisão. De acordo com o autor, mais do que propriamente o horror da guerra, o então novo meio de comunicação de massa teria apenas refletido as críticas da sociedade norte-americana. A mídia funcionaria mais como uma seguidora do que como um guia da opinião pública. (Hallin, 1989:6).

Desde a Guerra do Vietnã, portanto, as forças armadas de alguns países ocidentais, particularmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, mudaram o modo de lidar com a mídia durante a guerra. A transformação pôde primeiro ser observada em 1982, durante a Guerra das Malvinas, entre o Reino Unido e a Argentina. Como Knightley afirma, esse conflito representa o momento no qual os militares se recuperaram da derrota do Vietnã e retomaram a posição de domínio diante da mídia, onde historicamente haviam estado.

De acordo com o autor, a natureza do conflito, que ocorreu num grupo de ilhas a 8 mil milhas de distância da Grã-Bretanha e a 400 milhas do continente mais próxima, forçou os jornalistas a aceitar as regras impostas pelo Ministério da Defesa, do contrário eles não teriam acesso à guerra. Apenas 17 correspondentes, todos britânicos, foram credenciados ao assinar um termo aceitando serem submetidos à censura.

A campanha das Malvinas foi considerada um sucesso do ponto de vista militar. A partir desse episódio, governo e forças armadas passaram, a princípio, a proibir o acesso de jornalistas aos campos de batalha nas intervenções e guerras subsequentes, tais como Panamá, Somália e Guerra do Golfo. A lógica era levar as empresas jornalísticas a aceitar qualquer termo de acordo, inclusive a censura e a



propaganda, para estar presente num acontecimento de interesse a uma audiência significativa, impossível de ser desprezada por uma indústria inserida na economia de mercado.

Certamente, algumas práticas de sucesso usadas pelo governo e pelos militares durante a Guerra do Golfo foram resultado de uma detalhada e constante análise do comportamento da mídia. De acordo com Knightley, os militares formam uma sólida instituição e têm aprendido muito desde a Guerra do Vietnam. Hoje, são capazes de planejar a estratégia de mídia tão cuidadosa e detalhadamente quanto a estratégia militar. O Pentágono e o Ministério da Defesa têm manuais, atualizados a cada guerra, que servem de guia sobre como administrar a mídia. (2000).

O cenário global antes e depois do 11 de Setembro

Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se consolidaram como potência suprema nos campos político, econômico e militar. Se por um lado o momento histórico permitiu que o país assumisse uma posição de poder extremo e isolado no cenário global, por outro provocou reações contra uma nação que faz questão de alinhar os interesses da comunidade internacional aos seus valores internos. Se tal comportamento parecia camuflado no governo Clinton, a chegada de George W. Bush à Casa Branca o fez transparecer diante da opinião pública global.

Já na campanha presidencial, a então assessora política do candidato republicano, Condoleezza Rice, deixava claro o tom a ser adotado pelo futuro governo norte-americano:

Não resta dúvida de que a política externa de um governo republicano seguirá uma linha internacionalista; os principais competidores republicanos na campanha presidencial contam com excelentes credenciais nesse sentido. Porém, essa vertente também procederá de uma base de interesse nacional, e não dos interesses de uma comunidade internacional ilusória. (2001: 99)

Entre os interesses nacionais mencionados por Rice, ao lado de coibir a guerra, promover o crescimento econômico, renovar laços com aliados e concentrar energia na relação com a Rússia e a China, estava o de “lidar de modo decisivo com a ameaça representada pelos regimes párias e as potências hostis”. (2001: 85).



Desde os primeiros dias na Casa Branca, o presidente Bush seguiu essa agenda. Nos primeiros quatro meses se manteve isolado, tendo como principais marcos de sua política externa a retirada dos Estados Unidos do Protocolo de Kioto, que tinha como objetivo diminuir a emissão de gases poluentes, e a tentativa de implantar um sistema de defesa global. Até sua primeira visita à Europa, que coincidiu com a reunião de cúpula em Gotemburgo, na Suécia, dos líderes da União Européia, George W. Bush era visto com certa desconfiança pelos seus pares europeus.

Nesse contexto, é importante ressaltar as crescentes manifestações dos grupos anti-globalização, que ganharam voz na mídia global em 1999, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle. Tais grupos, formados por ativistas de diversas procedências e defensores de variadas causas – da ecologia ao perdão da dívida externa dos países pobres –, surgiram no vácuo deixado pelos movimentos progressistas da época da Guerra Fria.

Reúnem-se em torno de uma meta-causa, que é o combate ao modelo de globalização que vem sendo implantado no mundo e que tem nos Estados Unidos sua locomotiva. O governo norte-americano, ao lado de algumas das maiores potências européias e de organismos multilaterais, a exemplo do FMI, OMC e Banco Mundial, estão entre os principais alvos dos ativistas. É esse mesmo movimento que mais tarde vai servir de base para as manifestações contra a Guerra do Iraque.

Se até o dia 11 de setembro de 2001, a opinião pública, assim como boa parte da elite política e econômica global, via com descrédito e desacordo as principais atitudes do novo governo dos Estados Unidos, os ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono arrefeceram, por um certo período, o sentimento anti-americano, tanto no ocidente como em boa parte do mundo oriental.

A mídia global, que cobriu ao vivo a ação contra os símbolos de dois dos principais pilares da identidade americana, o do poder militar e o do financeiro, compartilhou do choque e, não raro, da indignação popular diante do fato. Reagindo de forma ainda mais acentuada, a mídia americana se mostrou comovida e se deixou levar pelo sentimento de patriotismo.

O comportamento acríptico e de certa forma comovido da mídia americana e até mesmo da mídia internacional se estendeu até a Guerra do Iraque, no caso da primeira, e até a do Afeganistão, no da segunda. O bombardeio a um país já destruído por guerras anteriores e por um regime de características medievais foi aceito pela opinião pública e justificado pela caça a Osama bin Laden e aos principais membros da



Al Qaeda. Quase não foram ouvidas vozes discordantes nem protestos, nem na mídia nem nas ruas.

No entanto, esse comportamento uniforme dos meios de comunicação e da população, sejam norte-americanas ou globais, não permaneceu o mesmo na segunda etapa da Guerra ao Terror: a do bombardeio contra o Iraque. As posições discordantes dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França e Rússia dentro do Conselho de Segurança da ONU pareceram refletir na opinião pública e na mídia.

Em todo o mundo, a discussão em torno da legitimidade da guerra serviu de combustível para protestos que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas, inclusive nos Estados Unidos. Uma parcela da mídia global deu espaço a tais manifestações, aparentemente regida pelas regras de equilíbrio e imparcialidade. No entanto, os meios de comunicação americanos permaneceram guiados pelo patriotismo e ignoraram ou distorceram as expressões de posições contrárias à guerra. É nesse cenário que tem início a Guerra do Iraque e o fim do regime de Saddam Hussein.

A Guerra do Iraque: os jornalistas embutidos como novidade

Em dezembro de 2002, a Casa Branca e o Pentágono anunciaram que, ao contrário da Guerra do Golfo de 1991, quando as unidades de combate foram mantidas isoladas da imprensa, a Guerra do Iraque seria acompanhada de perto pelos jornalistas (Clover: 2002). O controle da mídia seria, portanto, descentralizado, permitindo maior acesso ao campo de batalha. Um novo termo foi cunhado, o *embedded journalist* (ou jornalista embutido), para definir aqueles que seriam alocados nas diversas unidades de combate, tais como baterias, unidades de ataque por terra, navios, porta-aviões, hospitais de campanha e unidades de ataque aéreo⁵.

Se na primeira Guerra do Golfo a cobertura realizada pela mídia, especialmente pela TV, se beneficiou da tecnologia da transmissão ao vivo, o que permitiu a aplicação da estética do videogame ao combate, na Guerra do Iraque foi a linguagem da *reality TV*, surgida no final dos anos 90, que definiu o estilo em que foram

⁵ Em abril de 2003, época dos ataques ao Iraque, existiam 903 jornalistas embutidos; desses, 136 eram do Reino Unido, três da Austrália e o restante dos Estados Unidos. Os países que se posicionaram contra a guerra, como a França, não tiveram acesso ao sistema de acompanhamento das tropas. (Miller, 2003)



mostrados bombardeios, domínio de cidades e invasão de edifícios do antigo governo iraquiano.

A nova política do Departamento de Defesa norte-americano pareceu, a princípio, um avanço em relação ao estilo de *media management* utilizado na Guerra do Golfo, largamente criticado ao lançar as bases de uma cobertura sensacionalista, recheada de detalhes técnicos militares e direcionada pela propaganda (Clover, 2002). Porém, a determinação do governo americano de “embutir” os jornalistas nas unidades de combate durante a Guerra do Iraque parece dever-se mais à necessidade de registrar o conflito do que permitir uma cobertura aprofundada do campo de batalha. O relato de um oficial do Departamento de Defesa, segundo o qual a Guerra do Golfo de 1991 foi pouco documentada devido ao sistema de “pool” organizado pelo comando central da Operação Tempestade no Deserto, o que teria impedido o registro de histórias de valor individual, serve de evidência para a hipótese.

Além disso, é razoável esperar que alocar jornalistas durante boa parte da guerra em unidades das forças armadas é preparar o terreno para o surgimento de laços entre membros da imprensa e militares. Tais laços transformam-se em amarras, com as quais é feito o controle da mídia pelos oficiais. As declarações do Coronel Rick Thomas, chefe de relações públicas militares dos Estados Unidos no Kuwait, deixam evidente o mecanismo implícito na “nova” política do Departamento de Defesa em relação à mídia:

“Os jornalistas estão assinando regras básicas e espera-se que eles se policiem. Se uma informação inapropriada for divulgada, tal divulgação pode prejudicar parte ou potencialmente toda a operação. Em outras palavras, eu espero que os repórteres perguntem aos soldados se o que eles pretendem publicar poderá violar a segurança operacional”. (Clover, 2002)

Embora divulgada como novidade, a prática do *embedded journalist* assemelha-se às adotadas pelos militares já na Primeira Guerra Mundial, quando a integridade física dos jornalistas que acompanhavam as tropas era protegida pelos soldados. De forma similar, embora existisse também censura, havia um mecanismo de controle implícito proporcionado pela interdependência entre profissionais da imprensa e militares, o que na ocasião resultou no registro abundante de histórias individuais, quase sempre de forma heróica e romanceada.

No entanto, na Guerra do Iraque os jornalistas embutidos significaram apenas parte do esforço das empresas de comunicação para cobrir o conflito. Em



paralelo, centenas de jornalistas realizaram seus trabalhos posicionados em países vizinhos, nos territórios curdos e nas principais cidades iraquianas, em especial em Bagdá.

Ao comparar o volume de notícias produzido na Guerra do Iraque com o disponibilizado para o público nos conflitos que a antecederam, é impossível negar o avanço na difusão da informação possibilitado pelo conjunto de meios que hoje formam o sistema global de comunicação de massa.⁵ A mídia tradicional (rádio, jornal e televisão) foi de certa forma complementada pelos meios unificados pela Internet, tais como *websites*, *weblogs* e *chats*, embora as mensagens e imagens emitidas pela televisão ainda tenham papel dominante na formação da opinião pública. Dentro do campo da grande mídia, a experiência dos jornalistas embutidos, somada a novas tecnologias (o vídeo-fone) e a novos atores (a TV *Al-Jazeera*) também foi de fundamental importância para esse avanço.

No entanto, o fenômeno não significou necessariamente informação isenta, sem o viés da propaganda. O alinhamento da mídia americana aos interesses do governo Bush, conforme citada anteriormente, impediu que o conjunto de meios de comunicação dos Estados Unidos, em maior proporção a televisão, frustrasse as expectativas do governo norte-americano nos sentido de manter o apoio da opinião pública interna à Guerra do Iraque, a despeito dos problemas de legitimidade da intervenção militar.

No cenário internacional, a influência da mídia americana se fez presente mais uma vez, em especial nos meios de comunicação dos países em desenvolvimento, que formam a carteira de clientes dos bancos de imagens e de notícias mantidos por grandes corporações como CNN, BBC, *Fox News*, *Associated Press* e *Bloomberg News*. Entretanto, o recorte da realidade apresentado pela mídia dos Estados Unidos encontrou em outros países o complemento proporcionado pela Internet e pelas redes de televisão árabes, especialmente a *Al-Jazeera*. O que seu viu na cobertura dessa guerra, em particular em alguns jornais e redes de televisão brasileiros, foi uma pequena mas relevante profusão das fontes de material jornalístico e um conseqüente questionamento da capacidade da mídia contemporânea de trazer para o público um documento neutro e aproximado da realidade.

⁵ Se por um lado há avanço com relação ao volume de informação, por outro é impossível negar um certo retrocesso diante de atos que ameaçam a liberdade de imprensa e de expressão. Em apenas 20 dias de guerra no Iraque, 12 jornalistas haviam morrido vítimas das forças aliadas, formadas por soldados norte-americanos e britânicos, a despeito das determinações da Convenção de Genebra. O episódio mais impressionante ocorreu no dia 8 de março de 2003, quando militares norte-americanos bombardearam o Hotel Palestine, onde estavam hospedados os correspondentes estrangeiros. Entre os mortos, estava uma equipe da *Al-Jazeera*.



Conclusão

Análises da cobertura jornalística da Guerra do Iraque têm atrelado a esse conflito o surgimento de três fenômenos distintos, embora vinculados à relação jornalistas, militares e governo durante períodos de guerra: o alinhamento da mídia norte-americana aos interesses do governo Bush, a experiência dos jornalistas embutidos nas unidades de combate das forças aliadas contra Saddam Hussein e a ameaça à hegemonia da mídia ocidental representada pela emergência da rede de TV pan-árabe *Al-Jazeera*.

O primeiro desses fenômenos, o alinhamento dos meios de comunicação norte-americanos ao governo Bush, é algo que na verdade vem sendo observado desde os ataques do 11 de setembro. Entendendo a Guerra do Iraque como uma segunda etapa da Guerra ao Terror, anunciada por George Bush ainda sob o calor da investida terrorista, é possível admitir que o surgimento de tal fenômeno não está condicionado apenas à campanha contra o antigo governo de Saddam Hussein. É antes uma continuidade do que uma emergência, uma vez que o histórico das coberturas de guerra do Século XX mostra que o alinhamento da mídia ao governo é, em maior ou menor proporção, uma tendência. A mesma encontra sua origem na interdependência, em épocas de guerra, entre jornalistas, militares e oficiais do governo.

Por outro lado, a experiência dos jornalistas embutidos, considerada a segunda novidade deste conflito, parece, contudo, uma releitura de práticas já adotadas nas duas Grandes Guerras, quando os jornalistas acompanhavam as tropas em operações selecionadas pelos oficiais e alguns recebiam fardamento e treinamento dos militares, a exemplo do que ocorreu durante a preparação dos embutidos que cobriram a campanha do Iraque.

O terceiro fenômeno, a possível ameaça representada pela TV pan-árabe *Al-Jazeera* ao “oligopólio” da informação global formado pelas grandes emissoras ocidentais, em especial a CNN, é algo que ainda não se concretizou, apesar do incômodo causado à mídia e ao governo norte-americano, como evidenciam as críticas e as atitudes de retaliação contra funcionários da emissora árabe por parte do Governo dos Estados Unidos.



No entanto, a emergência da *Al-Jazeera* no cenário global, ao lado das informações fornecidas pelos meios vinculados às novas tecnologias, como o *website*, o *webblog* e o *chat*, está por trás de um outro fenômeno que parece ter sua origem nesta Guerra do Iraque: o auto-questionamento da mídia. Da Rede Globo à CNN, passando pela BBC, muitas emissoras incluíram na análise da intervenção militar norte-americana um capítulo sobre o jornalismo de guerra, e os jornais impressos pareceram seguir tendência semelhante. Se na Guerra do Golfo de 1991 as análises publicadas e veiculadas em jornais, rádios e emissoras de TV se restringiam a discutir as alterações no cenário internacional, o poderio bélico e as estratégias de ambos os lados do conflito, a Guerra do Iraque inaugurou o momento em que parte da mídia parece reconhecer seus limites e admitir ser objeto de manipulação por parte de militares e governos.

Bibliografia

- ALLEN, T. e SEATON, Jean (ed.). 1999. *The Media of Conflict: War Reporting and Representation of Ethnic Violence*. London: Zed.
- BAUDRILLARD, Jean. 1995. *The Gulf War did not take place*. Bloomington: Indiana University Press.
- BROWN, Robin. 2002. Clausewitz in the Age of Al-Jazeera: Rethinking the Military-Media Relationship. www.apsanet.org/~polcomm/APSA%20Papers/Brown.pdf. Consultado em 12/06/2005.
- CASTELLS, Manuel. 1999. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CLOVER, Charles. 2002. Media embedded in military's battle for better press. *Financial Times*. <http://news.ft.com/s01/servlet/ContentServer?pagename=FT.com/StoryFT/FullStory&c=StoryFT&cid=1039523972436&p=1012571727172>. Consultado em 15/02/2004.
- CURRAN, James e SEATON, Jean (ed). 1998. *Power Without Responsibility*. London: Routledge.
- EIDERS, Christiane e LÜTER, Albrecht. 2000. 'Germany at War: Competing Framing Strategies in German Public Discourse'. *European Journal of Communication*. London: Sage. Vol 15(3): 415-428.
- GRUNDMANN, Reiner; SMITH, Dennis and WRIGHT, Sue. 2000. 'National Elites and Transnational Discourse in the Balkan War: A Comparison between the French,



German and British Establishment Press. *European Journal of Communication*. London: Sage. Vol 15(3): 299-320.

HALLIN, Daniel. 1989. *Uncensored War: The Media and Vietnam*. Berkeley: University of California Press.

HERMAN, Edward. e CHOMSKY, Noam. 1994. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. London: Vintage.

HOPKINSON, Nicholas. 1992. *War and the Media*. London: HSMO.

HUDGSON, F. W. 1996. *Modern Newspaper Practice: Primer of the Press*. Oxford: Focul Press.

KLEIN, Naomi. 2002. *Sem Logo*. Rio de Janeiro: Record.

KNIGHTLEY, Phillip. War Journalism under Fire. *Committee for Peace in the Balkans*.
http://news1.beograd.com/english/articles_and_opinion/peace_in_balkans/000323_war_journalism_under_fire.html. Consultado em 04/12/2004.

LIEBERMAN, Trudy. 2000. You Can't Report What You Don't Pursue. *Columbia Journalism Review*, May/June.
<http://www.cjr.org/year/00/2/lieberman.asp>. Consultado em 04/12/2004.

MILLER, David. 2003. Embed With The Military. *Scoop, Independent News*.
<http://www.scoop.co.nz/stories/HL0304/S00126.htm>. Consultado em 12/06/2005.

OLIVEIRA, Ana Maria R. A Imprensa Perdeu a Guerra. *Correio Internacional*.
<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj150.lasso>. Consultado em 05/12/2004

PHILO, Greg and Mclaughlin, Greg. 1993. *The British Media and The Gulf War*. Glasgow: Glasgow University Media Group.

RAI, Milan e CHOMSKY, Noam. 2003. *Iraque: Plano de Guerra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

RICE, Condoleezza. Promovendo os Interesses Nacionais. 2001. *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. 10 (1): 83-99.

SAVARESE, Rossela. 2000. 'Infousasion in European Newspapers: a Case Study on the War in Kosovo'. *European Journal of Communication*. London: Sage. Vol. 15(3):363-381.

THUSSU, Daya K. 2000. *International Communication: Continuity and Change*. London: Arnold.

_____. 2000. 'Legitimizing Humanitarian Intervation ?': CNN, Nato and the Kosovo Crisis. *European Journal of Communication*. London: Sage. Vol 15(3): 345-361.



- _____. 2003. Live TV and Bloodless Deaths: War, Infoteinment and 24/7 News. In THUSSU, Daya K. e FREEDMAN, Des (eds) *War and The Media*. London: Sage.
- TUCHMAN, Gaye. 1978. *Making News: a Case Study in the Construction of Reality*. London: The Free Press.